

HABEAS CORPUS Nº 508.661 - DF (2019/0127646-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : BRENO RICARDO FERREIRA CUTRIM (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de BRENO RICARDO FERREIRA CUTRIM contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no julgamento do Agravo em Execução n. 20180020087402.

Consta dos autos que o Juízo de 1º grau homologou o PAD instaurado em desfavor do paciente, reconhecendo a prática de falta grave, com aplicação dos consectários legais consistentes na alteração da data-base para obtenção de futuros benefícios e na perda de 1/3 dos dias remidos.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, mantendo o *decisum* singular.

Nesta via, alega a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que a falta disciplinar imputada ao paciente foi reconhecida e homologada sem fundamentação suficiente.

Sustenta que não houve perícia do instrumento apreendido, não sendo atestada a potencialidade lesiva apta a ensejar a falta grave constante do inciso III do art. 50 da Lei de Execução Penal.

Afirma que a homologação da falta grave embasou-se exclusivamente em relato do agente penitenciário responsável pela apreensão.

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja reformado o acórdão e anulado o procedimento administrativo e a decisão judicial que homologou a falta grave.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem às fls. 30-33.

É o relatório.

Cumprido pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

Entretanto, deve-se verificar se o caso revela constrangimento ilegal flagrante, circunstância que exige a atuação *ex officio*, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal. Passa-se a análise do constrangimento ilegal alegado.

Consta dos autos, que o Juízo da Vara de Execução Criminal homologou a falta disciplinar de natureza grave imputada ao paciente, no que foi mantida pela Corte de origem, com base nos seguintes termos (e-STJ fls. 21/25):

Noticiam os autos que foi instaurado Inquérito Disciplinar - ID, nº 81/2018-CIR, a fim de apurar falta imputada ao sentenciado BRENO RICARDO FERREIRA CUTRIM,

definida no artigo 50, inciso III, da Lei n° 7210/84, consistente na posse indevida de instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.

Segundo relatório do Agente de Atividades Penitenciárias Francisco Marcelo Pimenta, durante revista pessoal, localizou duas facas tipo espeto, medindo cerca de 20 cm, escondidas na cueca do interno BRENO RICARDO (fls.14 e 16).

Por sua vez, o recorrente foi inquirido na presença de Defensor, ocasião em permaneceu em silêncio (fl. 18).

Cabe destacar que os depoimentos dos agentes penitenciários, no exercício da função pública, revestem-se de valor probatório, sobretudo, quando em harmonia com outros elementos de prova, como ocorre na espécie.

No caso, o depoimento prestado pelo agente penitenciário restou corroborado pelo Auto de Apresentação e Apreensão, o qual comprova a apreensão de duas facas tipo espeto, medindo cerca de 20 cm, em poder do recorrente.

Ressalte-se que a Defesa não alegou qualquer vício ou motivo que afaste a credibilidade do depoimento do servidor público.

[...]

Portanto, comprovada a autoria e materialidade da falta grave imputada ao interno, a sentença deve ser mantida."

Da leitura do excerto, ao manter a sentença que reconheceu a falta grave, a autoridade impetrada consignou que a conduta perpetrada foi devidamente analisada, tendo sido provada a materialidade e a autoria, não havendo a possibilidade de se levar em consideração o pleito absolutório.

Diante deste panorama fático-processual, a desconstituição do édito repressivo, conforme pretendido no *writ*, demandaria o exame aprofundado do conjunto probatório produzido no feito, providência que é inadmissível na via estreita do *habeas corpus*, mormente pelo fato de que vigora no processo penal brasileiro o princípio do livre convencimento, em que o julgador pode decidir pela condenação, desde que motivadamente.

Com efeito, a estreita via do *habeas corpus* não permite reanalisar as razões e motivos pelos quais as instâncias de origem formaram o seu convencimento, especialmente como na hipótese, em que apresentaram motivação suficiente ao reconhecimento da falta grave e à condenação do paciente, sendo indubitável que, para se concluir de forma diversa seria imprescindível a realização de exame minucioso do conjunto probatório, providência que é inviável de ser adotada no âmbito do remédio constitucional, diante dos seus estreitos limites cognitivos.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. CONDENAÇÃO. PEDIDO DE

ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. COGNIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CULPABILIDADE. ILEGALIDADE. INOCORRÊNCIA. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. APLICAÇÃO EM PATAMARES DIFERENCIADOS NOS DOIS CRIMES. PROPORCIONALIDADE. OBSERVAÇÃO. TRÁFICO PRIVILEGIADO. REINCIDÊNCIA. CONDENAÇÃO AO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, ORDEM DENEGADA.

1. O habeas corpus, como é cediço, não é meio próprio para pretensão absolutória, porque trata-se de intento que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com os estreitos lindes do writ.

Hipótese em que as instâncias de origem concluíram, com arrimo nas provas e fatos constantes dos autos, que tanto o delito de tráfico quanto de associação restaram plenamente caracterizados.

Reportando-se a diversos elementos de convicção, a sentença considerou a associação estável do paciente para a prática do crime de tráfico de drogas. Para se chegar a conclusão diversa, atendendo-se à pretensão de absolvição, seria necessário proceder à análise do conjunto fático-probatório amealhado ao feito, o que não se admite em sede de habeas corpus, via angusta por excelência.

(...)

6. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa parte, ordem denegada.

(HC 438.025/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)"

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INVIABILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE HABEAS CORPUS. (...) CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. As instâncias ordinárias, após análise exauriente de todas as provas produzidas nos autos, entenderam que o impetrante-paciente praticava o delito de tráfico de drogas. Para afastar essa conclusão, é necessário o reexame aprofundado de provas, inviável na via estreita do habeas corpus.

(...)

Habeas corpus não conhecido.

(HC 446.806/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 17/08/2018)"

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Interno deste Superior Tribunal, **não conheço do *habeas corpus***.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

